



Número: **0600135-07.2024.6.04.0032**

Classe: **DIREITO DE RESPOSTA**

Órgão julgador: **040ª ZONA ELEITORAL DE MANAUS AM**

Última distribuição : **20/09/2024**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Rádio, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Televisão**

Segredo de Justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
<b>ROBERTO MAIA CIDADE FILHO (REQUERENTE)</b>	
	<b>AMANDA DOS SANTOS NEVES GORTARI (ADVOGADO)</b>
<b>ALBERTO BARROS CAVALCANTE NETO (REQUERIDO)</b>	
	<b>FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JUNIOR (ADVOGADO)</b> <b>LUAN PESSOA SILVA (ADVOGADO)</b> <b>FERNANDO HENRIQUE OLIVEIRA DE ALMEIDA (ADVOGADO)</b> <b>ANTONIO LUCIO DE OLIVEIRA MAIA (ADVOGADO)</b> <b>JOAO PAULO DE SOUZA BARBOZA (ADVOGADO)</b>
<b>COLIGAÇÃO ORDEM E PROGRESSO (REQUERIDO)</b>	
	<b>FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JUNIOR (ADVOGADO)</b> <b>LUAN PESSOA SILVA (ADVOGADO)</b> <b>FERNANDO HENRIQUE OLIVEIRA DE ALMEIDA (ADVOGADO)</b> <b>ANTONIO LUCIO DE OLIVEIRA MAIA (ADVOGADO)</b> <b>JOAO PAULO DE SOUZA BARBOZA (ADVOGADO)</b>

Outros participantes	
<b>PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO AMAZONAS (FISCAL DA LEI)</b>	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
122792269	20/09/2024 16:11	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**040ª ZONA ELEITORAL DE MANAUS AM**

**DIREITO DE RESPOSTA (12625) Nº 0600135-07.2024.6.04.0032 / 040ª ZONA ELEITORAL DE MANAUS AM**  
**REQUERENTE: ROBERTO MAIA CIDADE FILHO**  
**Advogado do(a) REQUERENTE: AMANDA DOS SANTOS NEVES GORTARI - AM17302**  
**REQUERIDO: ALBERTO BARROS CAVALCANTE NETO, COLIGAÇÃO ORDEM E PROGRESSO**

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de Direito de Resposta, com pedido de tutela de urgência, apresentado por ROBERTO MAIA CIDADE FILHO em face da COLIGAÇÃO “ORDEM E PROGRESSO”, composta pelos partidos PL e NOVO, e de ALBERTO BARROS CAVALCANTE NETO.

Narra o representante que, “no dia 18 de setembro de 2024, os Representados veicularam, no horário eleitoral gratuito, nos blocos da tarde e noite, vídeo com conteúdo injurioso e sabidamente inverídico em desfavor do candidato Representante, através do personagem Robertaxa Cidade, que foi criado pelos Representados com a clara finalidade de zombar e injuriar o Representante”.

Requer a concessão de liminar para determinar aos representados que cessem a veiculação da propaganda impugnada e se abstenham de veiculá-la em qualquer outro meio de comunicação, sob pena de multa. Além disso, requer-se que as emissoras de televisão também suspendam a exibição da propaganda ora impugnada.

Autos conclusos para decisão.

Decido.

Consoante dispõe o art. 300 do CPC/2015, é permitido ao julgador conceder a tutela de urgência cautelar quando presentes elementos que evidenciem, cumulativamente, a probabilidade do direito alegado e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Nos autos do processo de DR nº 0600435-55.2024.6.04.0068, referente à veiculação de vídeo similar, daquela vez divulgado na conta de Instagram do segundo Representado, foi concedida liminar determinando a remoção da propaganda eleitoral negativa impugnada, após constatação de que o conteúdo tinha o objetivo de prejudicar a imagem do Representante, por meio de declarações desacompanhadas de elementos probatórios e com caráter vexatório.

No caso dos presentes autos, houve a veiculação do que aparenta ser o mesmo vídeo, mas com regravação de voz, com as seguintes declarações:

*Eu sou o RoberTaxa Cidade. Como deputado estadual e presidente da Assembleia, coloquei em votação e aprovei o aumento de diversos impostos, que aumentou o preço do seu IPVA, aumentou o ICMS, que com isso aumentou a sua conta de luz, aumentou o preço da gasolina, aumentou a sua conta de celular e da sua internet. Agora, eu quero o seu voto para continuar esse trabalho na prefeitura. Eu tô pronto, pronto para aumentar os seus impostos.*

Assim, constato que também estão presentes os requisitos para a concessão da tutela de urgência, quais sejam: a probabilidade do direito e o risco de demora na concessão da medida requerida.

A propaganda irregular deve ser prontamente combatida pela Justiça Eleitoral, uma vez que tal medida se faz necessária para restabelecer o equilíbrio da paridade de armas no curto período de campanha.

Ante o exposto, em vista da veiculação do conteúdo demonstrado, torna-se imperiosa a análise em cognição sumária, sobremaneira, visando resguardar o equilíbrio do pleito, razão pela qual defiro os pedidos de tutela provisória de urgência, DETERMINANDO:

- 1) Aos Representados que cessem a veiculação da propaganda impugnada, inclusive por outros meios de comunicação, sob pena de multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por dia de descumprimento, limitada inicialmente ao patamar de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- 2) Às emissoras de televisão e rádio que cessem a veiculação da propaganda impugnada, sob pena de multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por dia de descumprimento, limitada inicialmente ao patamar de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- 3) Citem-se os Representados para, querendo, apresentarem defesa, no prazo de 1 (um) dia, nos termos do artigo 33 da Resolução TSE n.º 23.608/2019;
- 4) Após, abra-se vista ao Ministério Público Eleitoral, para emissão de parecer, em observância ao § 1º do art. 33, da Resolução TSE n.º 23.608/2019.

Transcorrido o prazo acima, com ou sem defesa, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Ao Cartório Eleitoral, para as providências.

Manaus, datado e assinado digitalmente.

**GILDO ALVES CARVALHO FILHO**  
Juiz da Propaganda Eleitoral